

Pluralismo Artístico e Democracia Radical

Diálogo de Chantal Mouffe com Marcelo Expósito

Divisão e conflito como caráter constitutivo do social

Redefinir o projeto socialista em termos de uma radicalização da democracia; vale dizer, como articulação das lutas contra as diferentes formas de subordinação de classe, sexo, raça, assim como contra aquelas outras ideologias a que se opõem movimentos ecológicos, antinucleares e anti-institucionais. Esta democracia radicalizada e plural, que propomos como objetivo de uma nova esquerda, tem sua origem na tradição do projeto político "moderno" formulado a partir do Iluminismo, e que tenta prolongar e aprofundar a revolução democrática iniciada no século XVIII, continuada nos discursos socialistas do século XIX e que deve ser estendida hoje a âmbitos cada vez mais amplos da sociedade e do Estado. Nossa tese é que, para a realização do referido projeto, é necessário abandonar um certo número de teses epistemológicas do Iluminismo, já que somente através de uma crítica do racionalismo e do essencialismo é possível perceber, de maneira adequada, a multiplicidade e diversidade das lutas políticas contemporâneas.¹

Marcelo Expósito: Um dos aspectos mais interessantes e desafiantes de sua proposta programática para redefinição das políticas de esquerda, no aspecto prático de radicalização da democracia - exposta originalmente em seus trabalhos desenvolvidos em colaboração com Ernesto Laclau -, é sua afirmação sobre a necessidade de compreender, segundo suas próprias palavras, "o caráter constitutivo da divisão social e do antagonismo". Isto é, o seu projeto difere e mantém, com toda evidência, uma distância crítica frente a outros projetos de redefinição das políticas de esquerda (concretamente, aqueles que a senhora identifica dentro do marco da problemática habermasiana), que "vislumbram a possibilidade de um marco político no qual o antagonismo e a divisão desapareceram". Podemos, de fato, dar continuidade à linha de sua argumentação até o ponto onde se afirma que a existência da multiplicidade, da pluralidade e do conflito, como "raison d'être" da política, é a garantia de sua própria preservação²; e que qualquer projeto político de esquerda que não perceba esta perspectiva, aspira a uma clausura definitiva que finalizaria na "eliminação totalitária do político e na negação da democracia".³ Do seu ponto de vista, no que se refere à cultura, à religião ou à moral, deve-se defender o mais amplo pluralismo possível em numerosas áreas; porém, é impossível conceber dentro de uma mesma entidade "política" o absoluto pluralismo, a coexistência de princípios antagonísticos de legitimidade. Em outras palavras, o máximo de pluralismo deve ser defendido, com a finalidade de respeitar os direitos do maior número possível de grupos, sem destruir o próprio marco da comunidade política constituída pelas instituições e práticas que compreendem a democracia moderna e que definem nossa identidade como cidadãos. Esta é a razão pela qual, segundo a senhora argumenta, "devemos aceitar que nossa participação como cidadãos na associação política não se pode situar no mesmo nível de nossas outras inserções nas relações sociais."⁴

Gostaríamos de pedir à senhora uma maior explanação sobre estes aspectos. Pretendemos tratar, neste momento, de questões relativas à cultura e às manifestações artísticas. Porém, é necessário, antes de mais nada, compreender de forma apropriada sua proposta. Esta parece derivar mais de suas reflexões do que de sua concepção das práticas hegemônicas; de modo que, em termos de democracia radical, o antagonismo, o conflito, as diferenças ou a pluralidade são negociadas politicamente, não podendo ser traduzidas nem projetadas nas relações sociais no campo cultural. Por que é necessário aceitar aqui o absoluto pluralismo, sendo possível conceber, ao contrário do que ocorre no campo político, a coexistência de princípios de legitimidade antagonísticos?

Pluralismo na cultura e no político

Chantal Mouffe: Sou mais favorável a um pluralismo amplo no campo cultural do que no âmbito político. Levo em conta a especificidade da democracia moderna como novo regime político que se constitui pelo reconhecimento do pluralismo. O pluralismo significa, neste contexto, o fim de uma idéia [substantiva de uma vida boa, o que Claude Léfort chama de "dissolução dos indicadores da certeza" [the dissolution of the markers of certainty]⁵. O pluralismo aponta para uma profunda transformação do ordenamento simbólico das relações sociais. Este é um aspecto absolutamente ignorado por liberais, como John Rawls, quando se refere ao fato do pluralismo. Evidentemente, existe uma diversidade de concepções sobre o bem comum, mas a diferença relevante não é do tipo empírico, e sim concernente à legitimação da divisão e do conflito, e atinente ao aspecto simbólico. Trata-se da emergência da liberdade individual e da afirmação da liberdade equitativa para todos.

Desde o momento em que se percebe a democracia pluralista como uma teoria cujos princípios ético-políticos são a liberdade e a igualdade de todos, podemos compreender o sério erro em que incorre o princípio liberal da neutralidade do Estado. Não há dúvida de que, com a finalidade de respeitar a liberdade individual e o pluralismo, um estado democrático liberal moderno não deveria tentar impor uma única concepção de bem comum em assuntos concernentes aos valores políticos, dado que, por definição, postula certos valores ético-políticos que constituem seus princípios de legitimidade. Longe de ser neutro, o Estado democrático liberal é a afirmação de valores específicos de liberdade e igualdade, que norteiam seu particular ordenamento simbólico das relações sociais, e por isso não pode aceitar o pluralismo, no que diz respeito aos princípios de legitimidade. Isto significa que aqueles que se opõem à liberdade e à igualdade e desejam restabelecer uma concepção totalitária e hierárquica da sociedade não podem nutrir esperanças de ver suas demandas legitimadas em nome do pluralismo.

Marcelo Expósito: A senhora não considera que a perspectiva de um "pluralismo absoluto" no campo da cultura e das manifestações artísticas nos aproximaria, por acaso, da versão liberal do "pluralismo" como mera coexistência de uma pluralidade de vozes, idéia esta que a senhora criticou de maneira contundente, certamente, através desses mesmos trabalhos?⁶

Chantal Mouffe: A defesa do pluralismo por meio da liberdade individual requer que se estabeleçam limites para a pluralidade de demandas que se consideram legítimas numa sociedade pluralista. Um exemplo disto é o caso de alguns fundamentalistas islâmicos que, em nome do pluralismo, pediram que o Estado Britânico reconhecesse seu suposto direito de assassinar Salmam Rushdie, uma vez que sua religião assim o ordenava. Podemos ver claramente, neste caso, onde residem os limites do pluralismo. Isto é o que eu chamo de um caso de antagonismo entre princípios de legitimidade. Não creio que possamos encontrar uma situação comparável no campo das manifestações artísticas e considero que a noção de antagonismo não se aplica a este contexto.

Antagonismo

Marcelo Expósito: Por acaso a diferença se fundamenta nas várias formas de "antagonismo", dependendo dos diferentes campos propostos? É possível conceber, no plano cultural e artístico, uma equivalência do "antagonismo", conforme a senhora o concebe no campo político?

Chantal Mouffe: A maneira como utilizo a noção de antagonismo tem a ver com a relação amigo/inimigo, pertencente ao que eu chamo de "o político"⁷. Isto não quer dizer que os conflitos no campo cultural não possam adotar a forma de uma relação amigo/inimigo, mas, nesse caso, deixam de ser culturais e convertem-se em relações políticas.

As manifestações artísticas em uma perspectiva anti-essencialista - uma contribuição à hegemonia dos valores democráticos

"Necessitamos que se implante a hegemonia dos valores democráticos. Para que isto seja possível, as práticas democráticas terão que se multiplicar e se institucionalizar, dando lugar a relações sociais ainda mais diversas, de maneira que, mediante uma matriz democrática, possam se criar múltiplas posições de sujeito.

Se a tarefa da democracia radical é, realmente, o aprofundamento na revolução democrática e a vinculação de diversas lutas democráticas, uma tarefa dessa índole requer a criação de novas posições de sujeito que permitam uma articulação comum; por exemplo, o anti-racismo, o anti-sexismo e o anticapitalismo. Posto que estas lutas não convergem espontaneamente, para estabelecer igualdades democráticas requer-se um novo sentido comum que permita transformar a identidade dos diferentes grupos de maneira que suas reivindicações possam articular-se entre si de acordo com o princípio da equivalência democrática. Pois não se trata de estabelecer uma mera aliança entre determinados interesses, senão de modificar a própria identidade dessas forças. Com o objetivo de que a defesa dos interesses dos trabalhadores não se realize à custa dos direitos das mulheres, dos imigrantes e dos consumidores, é necessário estabelecer uma equivalência entre as distintas lutas. Só nessas circunstâncias se articulam as lutas verdadeiramente democráticas contra o poder."⁸

Marcelo Expósito: Se não é possível simplesmente trasladar, projetar no campo cultural a maneira segundo a qual o antagonismo, o conflito, as diferenças ou a pluralidade de formas de legitimidade são negociadas politicamente em sua concepção de democracia radical, qual é então a perspectiva da articulação de práticas hegemônicas no campo cultural e através das manifestações artísticas? E, concluindo: como se pode contribuir, a partir das especificidades deste campo e destas práticas, para a construção dessa hegemonia de valores democráticos que a senhora reivindica?

Chantal Mouffe: Começarei dizendo que, com a finalidade de compreender o modo pelo qual as manifestações artísticas podem contribuir para a hegemonia dos valores democráticos, é necessário situar-se numa perspectiva anti-essencialista, que reconhece, de fato, que as identidades não se dão de forma essencial, porém se constituem sempre mediante processos de identificação. Estes processos, resultado de práticas hegemônicas, sempre implicam em um elemento de exclusão. A perspectiva hegemônica anti-essencialista indica que a objetividade social se constitui através de atos de poder, e que possui necessariamente, portanto, uma dimensão política.

Isso tem importantes conseqüências no campo da cultura e para as manifestações artísticas. O maior equívoco do essencialismo liberal tradicional, neste domínio, é, de fato, conceber os indivíduos como dotados, de antemão, de uma identidade completamente definida antes de introduzir-se em diversos tipos de práticas culturais, políticas e outras, não reconhecendo que as formas de individualidade particulares se constituem através da inserção nas diferentes práticas. Os liberais apresentam os indivíduos como atores racionais movidos pela busca da maximização de seus interesses particulares. Isto pode ser observado em sua atuação no campo político, de modo basicamente instrumental. A política percebe-se, de acordo com um modelo elaborado para o estudo da economia, como um mercado destinado à distribuição de recursos onde se definem acordos entre interesses definidos, independentemente de sua articulação política cultural. Tudo aquilo que se refere ao papel que desempenham as paixões na criação das identidades coletivas, tudo aquilo relativo ao desejo, ao inconsciente, e, de forma mais genérica, à cultura, tende a ocultar-se. Os indivíduos são abstraídos das relações sociais e de poder. O que se evita é abordar a seguinte questão: quais são as condições de existência das formas de identidade democráticas e das práticas através das quais tais identidades podem construir-se?

Rol das manifestações artísticas em um modelo de pluralismo agonístico:

Chantal Mouffe: Na minha opinião, o domínio do modelo essencialista explica a escassa teorização sobre os vínculos importantes, constituídos entre a política e a cultura. Considero que uma perspectiva anti-essencialista, norteada pela noção de hegemonia, permite-nos um modo de pensar completamente diferente acerca da democracia e do papel das manifestações artísticas em lutas democráticas. De acordo com o modelo de democracia que venho tentando delinear com o nome de "pluralismo agonístico" [agonistic pluralism], a finalidade da democracia não é negociar um acordo de interesses, nem criar um consenso racional, mas sim criar possibilidades para a expressão de uma confrontação "agonística" entre pontos de vista em conflito.¹⁰ Este modelo agonístico pode resultar, portanto, mais receptivo à multiplicidade de vozes que se encerram numa democracia pluralista e à complexidade da estrutura de poder que este sistema de diferenças implica. Mediante o reconhecimento da natureza real de suas fronteiras e das formas de exclusão que estas representam, ao invés de pretender apresentá-las como uma necessidade para o "livre exercício da razão pública", este pluralismo agonístico evita toda tentativa de confinamento do espaço democrático mediante apelações à racionalidade e à moral. Em vez de tentar eliminar as paixões, ou de relegá-las ao âmbito privado com a finalidade de alcançar um consenso supostamente racional na esfera pública, realça que as políticas democráticas deveriam ter como finalidade a canalização das paixões para atingir os desígnios democráticos. Considerando-se esse objetivo, as manifestações artísticas têm um papel muito importante a desempenhar, porque a arte é dirigida à dimensão da existência humana que me refiro como "paixão". Além do mais, é um modo poderoso de politizar assuntos privados, convertendo-os em públicos.

A partir de tal perspectiva, todas as manifestações artísticas têm uma dimensão política, porque contribuem para reproduzir um "sentido comum" estabelecido, bem como para subvertê-lo. Em outras palavras, isto significa que as manifestações artísticas e culturais são um terreno importante, onde se constrói uma certa definição da realidade e onde se estabelecem formas específicas de subjetividade, não havendo possibilidade de que o artista seja apolítico ou de que sua arte não tenha alguma forma de eficácia política.

"Com o objetivo de levar a cabo e de aprofundar-se neste aspecto da revolução democrática, devemos garantir que o projeto democrático tenha em conta as lutas democráticas de nosso tempo em toda sua amplitude e especificidade. Então, é quando a contribuição da denominada crítica pós-moderna adquire seu verdadeiro sentido.

De fato, como podemos compreender a natureza destes novos antagonismos, se nos aferramos à imagem do sujeito unitário, como fonte última da inteligência de suas ações? Como podemos captar a multiplicidade de relações de subordinação que afetam o indivíduo, se concebemos os agentes sociais como entidades homogêneas e unificadas? O que caracteriza as lutas dos novos movimentos sociais é precisamente a multiplicidade de posições de sujeito que constitui um único agente, assim como a possibilidade de que essa multiplicidade se converta no espaço de antagonismo e, desta forma, se politize. Daí a importância da crítica do conceito racionalista de sujeito unitário, que se encontra não somente no pós-estruturalismo, senão também na psicanálise, na filosofia da linguagem do último Wittgenstein e na hermenêutica de Gadamer.

Para pensar em termos políticos hoje em dia e para compreender a natureza das novas lutas e a diversidade das relações sociais que a revolução democrática ainda terá que abranger, é indispensável desenvolver uma teoria do sujeito como agente descentrado e destotalizado. Um sujeito construído no ponto de interseção da multiplicidade de suas próprias posições, entre as quais não existe uma relação apriorística nem necessária, e cuja articulação é o resultado das práticas hegemônicas. Absoluta, nenhuma identidade chega a estabelecer-se de modo definitivo, pois sempre há certo grau de abertura e ambigüidade na maneira como a arte é articulado as diferentes posições de sujeito. Daqui surgem perspectivas inteiramente novas para a ação política, que nem o liberalismo (com sua redução de todas as posições do sujeito à classe social) podem sancionar e nem sequer imaginar"¹¹.

Arte/ cultura: crítica à hegemonia presente

Marcelo Expósito: Documenta X foi construído de forma explícita sobre a pretensão de "indicar um contexto político para a interpretação das atividades artísticas, supondo um intento polêmico de isolar linhas específicas de produção artística e de atividade política que possam ser tomadas como referência no debate contemporâneo sobre a evolução de nossas sociedades; e de adotar respostas culturais complexas frente aos processos unificadores de modernização global"¹². Tratando questões de "cultura", "distâncias" ou "diferenças culturais", Etienne Balibar _ no livro de uma entrevista incluída no livro que acompanha a Documenta X _ considera necessário distinguir entre "cultura" e "arte", com o seguinte propósito e conseqüências, que citaremos de forma extensa: o tratamento que cada grupo dê a estes problemas, tanto do ponto de vista político como intelectual, deve operar através da arte e não da cultura, no sentido de que a arte é sempre irreduzível à cultura. A arte é um acontecimento intrínscido, uma ruptura com todas as tendências culturais e institucionais. O importante na arte é apresentar ou representar aquilo que é irreconciliável com o conflito. Vejo as Antígonas de nossa época, que buscam aproximar-se dos pontos verdadeiramente irreconciliáveis na representação do homem ou do humano, as coisas que separam uma civilização de outra criando, com o tempo, divisões no âmago das mesmas. Tais obras são indispensáveis e constituem uma dimensão do político, _ uma dimensão que não pode ser reduzida às políticas sociais e nem às políticas econômicas, e nem à questão da cidadania"¹³. É possível reconciliar esta proposta de Balibar _ a arte como acontecimento intrínscido, uma ruptura com todas as tendências culturais e institucionais", "o importante na arte é apresentar ou representar aquilo que é irreconciliável com o conflito"_ com a aceitação da absoluta pluralidade no campo da cultura e em relação às manifestações artísticas?

Chantal Mouffe: Em relação ao tema "qual a forma de arte que poderia contribuir para questionar a hegemonia presente?", quero argumentar a favor de uma resposta decididamente pluralista. De minha parte não creio que haja somente um modo segundo o qual as manifestações artísticas possam contribuir para questionar uma determinada hegemonia. Existem maneiras múltiplas e muito diversas pelas quais as identidades se constituem mediante identificações. Se o de que se trata, na dimensão política da arte, é da questão da identificação, da transformação, da subjetividade, fica claro que esta pode ter lugar numa variedade de formas. As paixões, as emoções, os desejos podem ser despertados de várias maneiras. As vezes mediante o desejo de algo que ainda está por vir, e outras vezes por intermédio da crítica do presente, conscientizando-se da injustiça que implica em rechaçar o "status quo" opressivo. Creio firmemente que, numa sociedade pluralista, é muito perigoso tentar impor um único modelo do que se constitui numa manifestação artística progressista e contemporânea.

Crítica do universalismo humanista: atividade cultural e universalismo particularizado.

Marcelo Expósito: Sob a perspectiva de sua filosofia política, no atual fase da proliferação democrática, as novas lutas democráticas derivadas da pluralização dos antagonismos e da proliferação dos espaços políticos, através do questionamento do universalismo democrático do Iluminismo, renunciam a qualquer pretensão de universalidade. Isso não significa a recusa pura e simples do ponto de vista universalista, que passa a ser encarado de modo particular. Ou seja: os novos direitos reclamados hoje são a expressão das diferenças, cuja importância tão somente agora começa a ser reinvidicada. E não se trata agora de direitos que possam ser universalizados. A democracia radical exige um reconhecimento da diferença: o particular, o múltiplo, o heterogêneo. De fato, todo o que foi excluído do conceito do homem em abstrato, "o outro", por outro lado, esta crítica do universalismo precisa se distinguir, necessariamente, segundo a senhora ressalta claramente, "de outras formas de políticas "pós-modernas", que enfatizam a heterogeneidade, a disseminação, a incomensurabilidade; e para as quais o pluralismo, entendido como valorização de todas as diferenças, deveria ser total"¹⁴. A senhora chama nossa atenção decididamente para a necessidade de desenvolver "um novo tipo de articulação entre o universal e o particular", uma desconstrução da dialética entre estes termos. ¹⁵

Um número importante de eventos artísticos que tratam de questões relativas à globalização e ao multiculturalismo estão implicitamente norteados pelo "paradigma universalista"- vale dizer, em humanismo liberal eurocêntrico, modelo "Family of Man" _ que tende definitivamente a nivelar, diluir, provocar colapso entre as diferenças culturais, por intermédio do que a senhora denomina formas recentes de exaltação "pós-moderna" das diferenças.

A senhora acha que na era da globalização e da hegemonização cultural é possível desenvolver de forma eficaz um projeto cultural de esquerda, em escala global, em conflito com as perspectivas esquerdistas anteriores, que possa também responder ao que a senhora chama de "universalismo particularizado"?

Chantal Mouffe: Devemos ser conscientes de que este debate tem lugar dentro de um marco especificamente ocidental, que exclui muitos tipos de manifestações artísticas. É por isso que eu creio que devemos ir mais longe e argumentar a favor de um pluralismo mais radical. O pluralismo em uma sociedade multicultural deveria refletir-se na maneira conforme a qual a arte é concebida. Em outras palavras, o pluralismo na arte deveria dar lugar a manifestações artísticas que foram marginalizadas pelo modelo hegemônico dominante com seu intento de dar uma única resposta legítima à questão do que é a Arte. Muitas artes enraizadas em lutas multiculturais nos EUA insistem na necessidade de romper com o ponto de vista eurocêntrico sobre a arte, que não reconhece as diversas formas de manifestações artísticas fora dos cânones estabelecidos. Não nos devemos esquecer de que a concepção da arte, que hoje se dá por garantida, surgiu na Europa, no momento no século XVIII, num contexto social e cultural muito específico. Não há nenhuma razão que nos leve a ver a arte como uma expressão única universal e legítima. As artes multiculturais acertadamente afirmam a tal imposição. Afirmam que eliminar o racismo nas artes não significa somente dar as boas vindas aos artistas de cor em museus tradicionais, exigindo também que se reconheçam e valorizem aqueles artistas que decidiram seguir padrões diferentes. Isto indica que romper a hegemonia eurocêntrica dominante.

Trata-se de estabelecer uma nova hegemonia, que seja democrática e radical. Deverão ser criadas formas de unidade que dêem lugar à diversidade. No que concerne às manifestações artísticas, um projeto radical-democrático significa a maneira como a arte é concebida, a maneira de legitimar uma multiplicidade de formas artísticas. A democracia radical e pluralista deve reconhecer a heterogeneidade das manifestações artísticas e celebrar essa diversidade, em vez de pretender reutilizar cânones unificados por outrem. Há espaço nas lutas artísticas multiculturais para perspectivas muito valentes e dentro de o marco de um verdadeiro "pluralismo agonístico". Tal pluralismo concede valor à diversidade e ao dissenso, reconhecendo nela a verdadeira condição de existência de uma vida democrática vigorosa.

Paris/Londres, Junho/Julho de 1.997.

Este texto é uma versão corrigida e ampliada de "Pluralisme artistique et démocratie radicale/Artistic pluralism and radical democracy", entrevistista com Chantal Mouffe, publicada em inglês e francês em Omnibus/documenta X, hors série, Jean-Christophe Royoux (ed.), Paris, Outubro 1997, pp. 21-23. Agradeço a colaboração de Brian Holmes, Giulia Colaizzi e Carmen Navarrete, a Jean-Christophe Royoux por me dedicar amizade e entusiasmo a abraçar esta tarefa e principalmente a Chantal Mouffe por sua cortesia e encorajamento apesar dos numerosos inconvenientes [ME]. Omnibus: 51, rue Planchat, 75020 Paris, França, tf: (33 1) 40 24 9 78, fx: (33 1) 40 24 29 77.

A Escola do Legislativo agradece aos autores e à revista Acción Paralela pela cessão gratuita dos direitos autorais referentes ao artigo supra.

Tradução: Mercedes Pérez L. Bertachini.

Revisão: Leonardo Noronha.

NOTAS:

1Ernesto Laclau e Chantal Mouffe: Prefácio à edição espanhola de "Hegemonia y Estrategia Socialista: Hacia una Radicalización de la Democracia", México e Madrid, Siglo XXI, 1980, p. ix; Trata-se da versão espanhola de "Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics", London, Verso, 1985.[volta]

2 Cf. Mouffe: "Democracia radical: ¿ Moderna o Postmoderna?", em Leviatán, nº 55, Primavera 1994, pp. 81-94. Trata-se da versão espanhola de "Radical Democracy: Modern or Postmodern?", em Adrew Ross (ed.): Universal Abandon? The Politics of Postmodernism, Edimburg, Verso University Press, 1989, pp. 31-45; reimpresso em "The Return of the Political", London, Eding, 1993, pp. 9-22. Deste volume existe uma versão francesa com algumas modificações: "La Politique et ses Enjeux. Pour une Démocratie Plurielle", Paris, La Découverte, 1994. A continuação, as citações serão feitas a partir da versão espanhola mencionada, com algumas leves modificações, principalmente no que se refere à utilização do gênero masculino. O restante da tradução espanhola de textos originais em inglês é minha [ME].[volta]

3 Mouffe: "Democratic Politics Today", em Mouffe (ed.): Dimensons of Radical Democracy. Pluralism, Citizenship, community, London Verso, 1992, p. 13.[volta]

4 O enfoque sobre as "diferenças", o "pluralismo" e a "igualdade" foi um dos principais temas de controvérsia desta proposta de políticas de radicalização da democracia, inicialmente, acerca do critério que haveria de ser aplicado na hora de discriminar entre diferenças "aceitáveis" e "não aceitáveis" do ponto de vista político. Sobre este aspecto veja o intercâmbio entre Judith Butler e Ernesto Laclau: "Los Usos de la Igualdad/The Uses of Equality", coordenado por Reinaldo Laddaga, em TRANS, vol. 1 nº 09, Novembro 1995, pp. 39-55.[volta]

5 Cf. Mouffe: "Democratic Citizenship and the Political Community", em "Dimensions", p. 229; reimpresso em "The Return of the Political", p. 64.[volta]

6 Cf. Louise Marcil-Coste: "The Paradoxes of Pluralism", em "Dimensions", pp. 128-142; veja nota 14. [volta]

7 Esta proposição parte, obviamente, de Carl Schmitt. Em relação a Mouffe e sua declaração: "objetivo de pensar com e contra Schmitt, e utilizar suas percepções com o fim de fortalecer a democracia liberal contra suas críticas", veja "Pluralism and Modern Democracy: Around Carl Schmitt", em "New Formations", nº 14, Verão 1991; reimpresso em "The Return of the Political", pp. 117-134.[volta]

8 "Democracia Radical...", pp. 91-92.[volta]

9.Cf. "Democratic Politics Today". Pp 10-11[volta].

10 Cf. Mouffe: "Introduction: For na Agonistic Pluralism", em "The Return of the Political", pp. 1-8. Embora seja um aspecto alheio a este fio de argumentos, é interessante comprovar, uma vez que chegamos a este ponto, em que medida este modelo de pluralismo agonístico se conecta com a interessante releitura que Paul Hirst realizou da tradição do socialismo associativo, com o fim de aprofundar e estender os valores democráticos mediante uma proposta concreta de articulação do socialismo e do liberalismo político na conjuntura histórica presente; Mouffe: "Towards a Liberal Socialism" em "The Return of the Political", especialmente pp. 98-100.[volta]

11 "Democracia Radical", pp. 85-86.[volta]

12 Os editores "Summary", Politics/Poetics. Documenta X - the book, p. 24.[volta]

13 Etienne Balibar: "Globalización/Civilización (part. 2)", ibid., pp. 788-789.[volta]

14 "Tal extremo do pluralismo, de acordo com o qual todos os interesses, todas as opiniões, todas as diferenças se apresentam como legítimas, nunca se poderia constituir numa referência para um referencial político. Para que o reconhecimento da pluralidade não conduza a uma absoluta indiferenciação e indiferença, devem existir critérios para decidir o que é admissível e o que não é. Ademais, como indica Marcil-Lacoste, para que o pluralismo seja compatível com a luta contra a desigualdade, deve-se distinguir entre "as diferenças que existem mas não deveriam existir, e as diferenças que não existem mas deveriam existir." "Democratic Politics Today", p. 13. [volta]

15 "Democracia Radical", pp. 85-86.[volta]

©Cad. Esc. Legisla., Belo Horizonte, 5(9): 75-87, jul./dez. 1999.